



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE FINANÇAS, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, REALIZADA ATRÁVES DE VIDEO CONFERÊNCIA, NO DIA VINTE CINCO DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE. (25-05-2020).

Aos vinte cinco dias do mês de maio de dois mil e vinte, na Câmara Municipal de Mariana, às nove horas, realizou-se por meio de videoconferência (conforme estabelecido pela portaria nº28/2020), a sétima Reunião da Comissão Permanente de Finanças, Legislação e Justiça (Presidente: Daniely Alves; Vice-presidente: Marcelo Macedo; Vogal: Bruno Mól). Para discussão do Projeto de Lei nº 10/2020 "Autoriza a celebração de Termo de Permissão de uso de bem imóvel público com associação que menciona (Assemar) e dá outras providências". E discussão da viabilidade de espaço Público para o SINDSEV- Sindicato dos Servidores para que não haja beneficiamento de apenas uma entidade (atendendo a solicitação do vereador Fernando Sampaio; e para tratar sobre o Projeto de Lei nº 21/2020, que "Autoriza a celebração de termo de permissão de uso de bem imóvel público com a associação que menciona (Associação do Bairro Nossa Senhora Aparecida) e dá outras Providencias. **Foram Convocados:** a Dra. Inez Nezouda, Procuradora Municipal. **Foram Convidados:** O Senhor Nilton Souza Sales, da regularização Fundiária da Secretaria de Obras, O presidente da Associação dos Servidores Municipais de Mariana e Presidente do SINDSERV. **Estiveram Presentes:** Os vereadores Daniely Alves, Deyvson Ribeiro, Marcelo Macedo, Gerson Cunha, Edson Agostinho de Castro Carneiro e Geraldo Sales. A senhora Monica Virgínia Fernandes, Assessora Jurídica, e os senhores Darcy Pereira de Carvalho, Diretor de Comunicação do SINDSERV; o senhor Marcos Roberto Teixeira, Presidente do SINDSERV; o Senhor Emanuel Camacho, Subprocurador Municipal; o senhor Nilton Souza Sales, da Regularização Fundiária da Secretaria de Obras; o Senhor Luiz Salles Júnior Diretor de Finanças do SINDSERV; o senhor Thalison Maia, Presidente da Associação do Bairro Nossa Senhora Aparecida. **ABERTURA:** a Presidente da Comissão Daniely Alves, em nome de Deus e do Povo Marianense, havendo número regimental deu início aos trabalhos consultando os vereadores presentes de fazer a dispensa da leitura da Ata para dar agilidade à reunião. Sendo acordado pelos vereadores Deyvson Ribeiro e Marcelo Monteiro Macedo, que aprovou a Ata e dispensou sua leitura. Onde a presidente da Comissão deliberou pela aprovação da Ata e dispensa de leitura conforme resolução dos membros presentes, na sala de reunião. Conforme solicitação do vereador Deyvson Ribeiro foi dado início a discussão do Projeto de Lei nº 10/2020 que "*trata da concessão de imóvel público para a Associação dos Servidores Municipais de Mariana SEMAR-Centro de Extensão e Cultura de Mariana*". A presidente da Comissão informou que consultando o Jurídico e a comissão, internamente, verificou que toda a documentação da Associação estava correta e de acordo com a



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

demanda que existe para a elaboração do projeto. Lembrando que a Associação tem um título de Utilidade Pública Municipal e Estadual que seria um grande ganho para a Associação que mostra que ela estaria regularmente inscrita com todas as suas obrigações em dia. A presidente da Comissão, Daniely Alves informou, também, ser muito importante abrir a discussão garantindo o direito para que a Associação tenha oportunidade de divulgar os trabalhos que estão sendo feitos e os benefícios aos associados. Vendo isso como uma grande oportunidade não apenas de apreciar o projeto, primeiramente, mas pela divulgação do trabalho importante feito na Associação, apesar de ser uma associação muito jovem. A presidente da Comissão informou da importância de passar a palavra ao Senhor Marcos Teixeira, presidente da Associação, para que o mesmo pudesse fazer suas considerações iniciais e que posteriormente pudesse ser iniciada a discussão do assunto em pauta. Com a palavra, o senhor Marcos Teixeira, informou terem três anos de existência da Assemar, que foi comemorada aos vinte oito dias de março. Possuindo quinhentos e vinte seis associados, informando serem associados os servidores da Prefeitura Municipal de Mariana, da Câmara Municipal e do IPREV. O senhor Marcos Teixeira informou de alguns benefícios trazidos pelo sindicato aos associados além de descontos no comércio local, como postos de combustíveis, farmácias e casas de carnes. Informando, também que os associados possuem assessoria gratuita aos associados e seus dependentes até os vinte e quatro anos. E do acesso aos servidores ao Plano Odontológico e ao Plano de Saúde a custos mais acessíveis. O presidente da SINDSERV informou que vem trabalhando para trazer mais benefícios aos associados e para o servidor público em geral. Informando que a sede seria um sonho, sendo uma oportunidade de saírem do aluguel. Esclarecendo que em princípio o SINDSERV visava apenas um espaço para saírem do aluguel, mas que o espaço que o sindicato sonhava para a sede, seria um espaço maior para o sindicato poder fazer tudo que eles almejam, dentre elas atividades recreativas. Agradecendo pela oportunidade. A presidente da Comissão, registrou a presença do Presidente da Casa Edson Agostinho de Castro carneiro. Onde a presidente da comissão a pedido do presidente da Casa, solicitou que o senhor Marcos Teixeira informasse o valor do aluguel que o SINDSERV pagava, sendo informado o valor de mil e quinhentos reais. Conforme solicitado, a presidente da Comissão passou a palavra a Dra. Mônica Fernandes. A senhora Monica Fernandes informou então de estarem batalhando a mais de um ano essa permissão. Destacando que em princípio o local não seria a sede própria, mas um local em que o sindicato poderia angariar valores para que eles pudessem construir sua sede própria. Informando que o local seria provisório até que conseguissem conquistar o próprio terreno. Esclarecendo estarem batalhando a mais de um ano com a prefeitura, juntamente com a procuradoria e o prefeito, onde agora estiveram esse êxito. Solicitando a Câmara que apoiassem o projeto do Sindicato porque o que eles estariam fazendo seria em prol dos servidores associados, fazendo a observação que

[Handwritten signatures]



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

a associação não poderia reter nenhum valor arrecadado. Informando que todas as prestações de contas seriam repassadas para os servidores. A senhora Monica Fernandes afirmou, ainda, que objetivavam uma área para prestigiar atividades recreativas. Com a palavra, o vereador Deyvson Ribeiro, esclareceu algumas dúvidas. Informando terem um lote para doação a Assemar, e diante da dificuldade perguntou ao senhor Darçy Pereira se a sede que eles teriam seria alugada. Sendo afirmada a pergunta pelo Senhor Darcy Pereira. Concluindo seu raciocínio o vereador Deyvson Ribeiro informou que a Associação, também, teria muitos membros e igualmente não teriam uma sede própria. E que a sede que o SINDSERV almejava seria uma sede maior. Informando que atualmente em Mariana, nós tínhamos duas entidades que representavam os servidores do município. Sugerindo que no projeto apresentado fosse englobado as duas entidades devido a suas importâncias. Não justificando o atendimento de apenas uma entidade. Propondo das duas entidades em principio sediarem o mesmo local, mesmo porque o SINDSERV futuramente vislumbrava um local maior. Perguntando se haveria a possibilidade de unirem as duas entidades no presente projeto. A presidente da Comissão Daniely Alves, logo informou que a preocupação do vereador Deyvson Ribeiro, também seria a preocupação do vereador Fernando Sampaio. Solicitando que a tramitação do Projeto fosse feita de forma igualitária para atendimento dos servidores. Solicitando que o sindicato realizasse todo o procedimento feito pela Associação. A presidente da Comissão informou que anexado ao Projeto de Lei haveria a abertura de um Processo Administrativo no Departamento de Documentação e Arquivo da prefeitura em que a Associação manifestou interesse nesse espaço para que fosse construído essa Sede dando início ao Projeto de Lei que estaria tramitando. Lembrando que a Associação foi criada no dia oito de julho do ano passado, possuindo quase um ano do tramite legal. A presidente da Comissão, Daniely Alves, então, afirmou que não poderiam atrasar a aprovação ou a rejeição do presente Projeto de Lei, em relação a tramitação do Projeto referente a doação de terreno em relação a Associação do Servidores. Dizendo que poderiam de forma separada, incentivar e apoiar o Sindicato caso tenham interesse, também, em estarem recebendo esse terreno do município. Pedindo aos nobres colegas vereadores que as questões pudessem ser tratadas separadamente sem atrasar o projeto que já estaria presente na Casa para apreciação. Conforme Solicitação foi passada a palavra ao senhor Darcy Pereira que, mais uma vez, agradeceu a oportunidade esclarecendo que não sabiam de tal procedimento. Informando que apenas sabiam, através do ofício recebido que o Vereador Fernando Sampaio havia manifestado em nome do SINDSERV. A presidente da Comissão, Daniely Alves, retornou a palavra ao vereador Deyvson Ribeiro, conforme solicitação. Que informou que de forma alguma a sua intenção seria atrasar o Projeto da Assemar, sendo importante e necessário a sua aprovação. Contudo, estaria buscando o bem comum dos servidores tendo em vista as palavras do Senhor Marcos Teixeira em ter uma sede maior

[Handwritten signatures]



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

futuramente. O vereador Deyvson Ribeiro, então, questionou o senhor Darcy Pereira se o mesmo havia protocolado algum pedido na prefeitura, para que pudessem construir a sede. O senhor Darcy Pereira informou que em princípio não haveria nenhuma documentação oficial protocolada, apenas conversas com o prefeito. Solicitando que fosse aberta a palavra ao senhor Luiz Salles. Pela ordem, o vereador Fernando Sampaio questionou o senhor Nilton Souza se já haveria um terreno destinado ao sindicato. Por ver incoerência em atender um e não atender o outro, sendo que um seria muito mais antigo. Informando que os dois desempenhavam papéis importantes. O vereador Fernando Sampaio disse, também, que talvez houve deficiência na informação passada ao Senhor Darcy Pereira, informando que o senhor Chico tinha solicitado por várias vezes na prefeitura um terreno para a construção da sua sede. Afirmando que deveriam perguntar a Prefeitura se haveria algum terreno a ser passado ao Sindicato por comodato se fosse preciso. A presidente da Comissão, passou a palavra ao senhor Nilton Souza, que falasse um pouco da área em discussão. Por sua vez, o senhor Nilson Souza, informou que parte do lote não seria possível a sua edificação, devido a uma Rede Pluvial, devendo a construção ser afastada dessa faixa de rede. A presidente da comissão, então, perguntou se haveria algum imóvel construído no lote referido. Concluindo que o que estaria sendo repassado a Assemar seria apenas a permissão do uso do terreno para que eles possam estar construindo provisoriamente uma sede. A presidente da Comissão perguntou ao Senhor Nilton Souza se pudesse responder ao questionamento do Vereador Fernando Sampaio em relação ao Sindicato tiver o mesmo interesse da Associação e se haveria a disponibilidade de um imóvel para que pudesse ser feito o mesmo processo, beneficiando o sindicato. Por sua vez, o senhor Nilton Souza informou de lotes no bairro Jardim Santana, que estariam destinados a Leilão no município. A presidente da Comissão, questionou se o que fosse construído ficaria incorporado ao bem público do município, uma vez que não havia nenhuma construção no terreno que seria dado por comodato. O senhor Emanuel Camacho realizou uma descrição como haveria sido a solicitação junto ao Município. Informando ser uma iniciativa da Associação. Dizendo que o procedimento veio ao município através de um PRO que veio de uma forma natural junto a Administração. Passando por vários departamentos para que fosse verificada a possibilidade desse pedido de doação de terreno junto ao município. O senhor Emanuel Camacho ainda informou entender que a doação não seria o instrumento apropriado, encaminhando para a permissão de uso de terreno municipal. Diante disso, o Projeto foi encaminhado até a Câmara para discussão. Solicitando a presidente da comissão para refazer a sua pergunta. Onde a mesma informou que deveriam considerar que apesar da Permissão de Uso a Associação faria a construção de uma sede provisória. Onde a Associação iria investir em um terreno do município onde ela teria apenas o uso até a construção da sede e como isso ficaria incorporado ao imóvel do município. Sendo esclarecido pelo Senhor Emanuel Camacho que o artigo quinto do

ufaut

João Luiz Alves



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

Projeto de Lei responderia a devida questão. Onde toda a benfeitoria feita dentro do imóvel seria incorporado ao patrimônio municipal. A presidente da Comissão, então, informou que a dúvida da Comissão se fundaria devido que deveria ser levado em conta que a Associação sairia de um aluguel de um mil e quinhentos reais para investir em uma sede provisória e futuramente investir em uma sede própria. E se haveria a possibilidade da Associação estar reavendo alguma ajuda do município. Em razão da Associação não ter fins lucrativos e cuidar dos interesses dos Servidores Públicos. A presidente da Comissão perguntou ao subprocurador do município se a questão tinha sido analisada pelo município. Uma vez que a associação teria dois gastos até conseguir sua sede própria e se haveria alguma contrapartida do município, nos investimentos realizados pela Associação na sede provisória. Por sua vez, o senhor Emanuel Camacho informou de ser uma dúvida bastante pertinente pois no processo que foi analisado não havia esse fato novo que seria uma sede provisória. Informando que quando o pedido chegou na procuradoria foi para que fosse realizado a sede da Associação de servidores. Afirmando que devido a esse fato novo informado o procedimento deveria ser novamente estudado, considerando toda a situação. Observando que o artigo primeiro em seu parágrafo primeiro menciona que a permissão de uso teria a vigência de vinte anos, podendo ser prorrogado por mais vinte anos. O senhor Emanuel Camacho informou, também, que quando o município demonstrou interesse em fazer a permissão de uso, a sua intenção seria em fazê-la de forma eterna. Contudo, a senhora Monica Fernandes informou que inicialmente foi feito o pedido de doação do imóvel. Onde foi informado da inviabilidade do pedido. Dizendo que o imóvel seria um ponto de apoio pela impossibilidade de fazer uma área de recreação no local. A presidente da Comissão, Daniely Alves passou a palavra para o vereador Deyvson Ribeiro que informou da impossibilidade de votarem o projeto no presente momento devido a informação de passar uma água pluvial no terreno e da necessidade de consultarem o Secretário de Obras por ter um terreno comprometido. O Senhor Nilton Souza informou que houve a vistoria do engenheiro que afirmou que a estrutura deveria ser afastada da rede. Conforme solicitação a presidente da Comissão passou a palavra para o vereador Fernando Sampaio. Com a palavra o vereador Fernando Sampaio perguntou qual seria a metragem do terreno e qual o total da área para ser construída. Onde o senhor Nilton Souza informou da necessidade de fazerem um levantamento topográfico no terreno para saberem corretamente o coeficiente de construção. O Senhor professor Luiz Salles, informou que o Sindicato foi fundado na década de noventa e em meados do ano de dois mil e quatorze recebeu o título de Utilidade Pública. Lembrando que a associação tem uma competência e o Sindicato tem outras competências. Informando que não precisariam de uma área muito grande. Esclarecendo que por prerrogativa o sindicato poderia fazer convênios. Lembrou-se também que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais recebe subsídio para atendimento médico e odontológico. Informando que a Associação por ter a intenção de

[Handwritten signatures]



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

uma área recreativa precisaria de uma área maior que o sindicato. Dizendo que o município, em trâmite judicial tem multas milionárias para com o Sindicato, onde poderiam fazer uma permuta. Dizendo que poderiam ser feita uma negociação. Onde ao invés de pagar a indenização, cedesse em contrapartida, uma área para o sindicato que paga aluguel e tem várias dificuldades. Conforme solicitação, a presidente da Comissão passou a palavra para a Dra. Monica Fernandes, que disse que quando começou a procura pelo terreno foi informado que teria um terreno no bairro Santana, dizendo que o projeto seria em cima desse terreno informado. Logo após, batalhando outros terrenos tendo em vista que o primeiro ficava muito inviável por ser um terreno com caída, descobriu-se esse outro terreno na Rua Bromélia, onde passava essa tubulação. Informando que fizeram todo o trâmite, onde o processo passou pela Secretaria de Obras sendo tudo viabilizado dentro da Lei. A presidente da Comissão, Daniely Alves, passou a palavra ao presidente da Casa, Edson Agostinho de Castro Carneiro, a respeito do que foi dito pelo Senhor Luiz Salles, que fez algumas observações referentes as multas dos sindicatos e das indenizações. Informando que se as indenizações forem trabalhistas precisaria do aval dos Servidores Públicos. Dizendo, ainda, das funções distintas da Associação e do Sindicato. Sugerindo de solicitarem uma sala no Centro de Convenções para comodato. Onde o Senhor Luiz Salles informou que o Sindicato aprovaria tudo que fosse para o benefício dos Servidores Públicos. A presidente da Comissão fazendo justiça com as solicitações do vereador Fernando Sampaio, que abriu discussão quanto ao projeto, informou da discussão para garantir a isonomia e para que o Sindicato tivesse os mesmos direitos que a Associação. Informando de tentarem conseguir junto ao executivo o mesmo benefício concedido a Associação ao Sindicato. Parabenizando o professor Luiz Salles e o Professor Darcy Pereira pela manifestação e respeito no reconhecimento das duas entidades, esperando ser uma parceria que vise somar para o servidor Público. A presidente da Comissão, passou a palavra ao vereador Marcelo Macedo que, por sua vez, realizou algumas considerações a respeito do projeto. Que informou compreender a ansiedade dos membros da Associação em relação a aprovação do projeto. Dizendo que entendia que a área aplicada dizia respeito a uma área de servidão. Sendo um presente de grego. Onde o dinheiro investido no lote não seria revertido para a associação. Informando da existência de outros lotes no bairro Jardim Santana. Sugerindo de fazerem a reversão das cláusulas do projeto, aguardando mais uma semana. Voltando o projeto para a Câmara para aprovação. O Vereador Marcelo Macedo informou da necessidade de se ter tranquilidade para votação do projeto, já que a Associação iria investir um dinheiro em um terreno que não teria reversão. Informando que nossa legislação seria muito clara com relação a legislação ambiental. Dizendo que o objetivo da discussão seria garantir um melhor proveito da Associação no dia de amanhã. Com a palavra, o senhor Nilton Souza afirmou que seria possível a construção em parte do lote informado, e que a Associação teria

Luiz Salles *Daniely Alves*



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

ciência de tal informação. O Senhor Emanuel Camacho conforme as palavras do senhor Nilson Souza, afirmou que apenas parte do terreno estaria comprometido. E que lá na frente para a Associação poder edificar no terreno, deveria ter todas as licenças tanto urbanística quanto ambiental. E que seria outro caminho que a Associação deveria percorrer junto a administração pública. Devendo ser verificado o Plano Diretor. A presidente da Comissão passou a palavra ao vereador Fernando Sampaio que disse que não seria contra o projeto nem contra o comodato do lote, mas que seria importante ouvir os dois lados, para nenhuma parte se sentir injustiçada. Esclarecendo ter um lote na Rua das Acácias, ao lado da caixa d'água que também poderia ser utilizado como comodato. O senhor Marcos Teixeira, como um dos primeiros moradores da Rua das Bromélias informou, com o mapa em mãos que o terreno teria trezentos e sessenta metros quadrados, tendo doze metros de frente por trinta de fundo. Esclarecendo que essa área de servidão que passa no canto que atravessa a Rua das Bromélias, na parte de baixo sairia na APAE, na parte de baixo na Rua das Bromélias. Informando dela ter dois metros de área de servidão, onde tem construção de um lado e do outro e essa área passaria no meio dentro desses dois metros da área de servidão. Logo na parte de cima informou que teria o restante do lote que poderia estar usando. Informando que a área de servidão não era subterrânea, sendo uma rede aérea, não tendo risco de construção ou problemas futuros. Informando que a sede matriz da Associação seria na Rua das Bromélias, saindo do aluguel. E futuramente, a intenção seria construir salas direcionadas ao atendimento jurídico. Querendo fazer uma sala para atendimento psicológico e um restaurante popular para os associados. E futuramente visavam uma área para recreação. A presidente da Comissão, Daniele Alves informou da necessidade de melhorarem o objeto de discussão diante das questões levantadas pelos vereadores Marcelo Macedo, Fernando Sampaio e Deyvson Ribeiro, referente a área de servidão para que não fosse realmente um presente de grego. Falando que talvez a Associação deveria procurar um terreno melhor, até mesmo para não terem dificuldades nessa rede que passa no terreno. Informando da necessidade de ampliarem a discussão e atrasarem por uma semana ou quinze dias a aprovação do Projeto de Lei nº10/2020. Solicitando ao Presidente da Assemear e a sua assessora jurídica que posicionasse a comissão em relação a Tramitação ou não do Projeto de Lei na Câmara. Lembrando que a Comissão de Finanças Legislação e Justiça estaria se colocando a disposição para a resolução dos anseios da população de Mariana, aos servidores e aos comerciantes em geral. Cabendo a comissão emitir um parecer quanto a legalidade e Constitucionalidade. Informando ser importante a manifestação dos presentes para estarem votando um Projeto que atendesse a Associação dos Servidores Municipais. Com a palavra a Senhora Monica Fernandes informou que inicialmente quando eles procuraram o Município solicitaram a doação de um terreno que não foi possível a sua concretização. Sendo possível apenas a permissão por vinte anos. Onde os membros decidiram construir a sua sede em princípio e

W. Sampaio *D. Alves*



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

logo depois construírem sua sede própria por não saberem se futuramente haveria a prorrogação dessa permissão. Dizendo que gostariam que se possível o Projeto pudesse tramitar na Câmara o mais rápido possível. Passando a palavra para o presidente da Assemar, o Senhor Marcos Teixeira que solicitou a votação do projeto na presente data. A presidente da Comissão, Daniely Alves perguntou aos vereadores presentes na Reunião se o projeto poderia ser pautado na Reunião das dezesseis horas. Passando a palavra para o vereador Marcelo Monteiro Macedo que questionou a senhora Monica Fernandes se o município havia afirmado se não poderia fazer a doação do presente lote. E quem havia respondido a Assemar. Sendo respondido pela Doutora Mônica Fernandes de ter sido uma conversa com o Jurídico do município. Com a palavra, o vereador Marcelo Macedo perguntou a presidente da Comissão se o objeto de discussão do PL nº 21/2020 seria a respeito de concessão, também. Sendo afirmado pela presidente da Comissão, Daniely Alves. O vereador Marcelo Monteiro Macedo ainda voltou a afirmar que o lote onde estaria localizada a caixa d'água na rua Acácias seria ainda melhor do que o da Rua Bromélias. Informando de estar com a consciência tranquila em dar seu voto favorável devido a ansiedade dos membros da Assemar, mas que para ele o presente seria de grego. Informando que o seu papel seria de orientação e tentativa de acharem uma outra solução. Fazendo suas considerações em relação ao PL nº 10/2020. Havendo concordância do vice presidente da Comissão de Finanças, Legislação e Justiça a presidente da comissão informou da emissão do parecer favorável ao referido projeto de lei atestando sua legalidade e constitucionalidade. Informando do envio do PL nº 10/2020 a Reunião Ordinária as dezesseis horas agradecendo todos e deixando a palavra aberta aos senhores Darcy Pereira e Luiz Salles. O Senhor Darcy Pereira, contudo afirmou que haveria a manifestação do sindicato de um acordo com o município que infelizmente não foi feito através de um protocolo específico. Manifestando o intuito de ter a possibilidade de conseguirem esse benefício para melhor atender ao servidor. O professor Luiz Salles, com a palavra, também agradeceu aos vereadores e a Comissão pelo convite e trabalho, perguntando se haveria a possibilidade dos vereadores e da Comissão direcionarem o novo terreno ao Sindicato. Para que eles saíssem do aluguel. Informando que eles iriam protocolar a respeito do interesse no lote informado pelos vereadores. O vereador Fernando Sampaio, solicitou explicações ao Senhor Nilton Souza a respeito do lote na Rua das Acácias. Que por sua vez, informou que o município teria a posse mas não a propriedade, onde a caixa d'água teria sido edificada em um terreno particular, informando não ter havido desapropriação, apesar da prefeitura ter edificado a caixa d'água a mais de trinta anos. A presidente da Comissão Daniely Alves, encerrou a discussão do PL nº 10/2020 agradecendo a todos pela participação, solicitando que os senhores Nilson Souza e Emanuel Camacho permanecessem na sala. Informando que a Comissão de Finanças Legislação e Justiça iria encaminhar um requerimento solicitando a prefeitura

refaudo

Daniely Alves



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

que fizesse um estudo de estarem atendendo ao sindicato de acordo com a demanda e necessidade particular. Logo, o Senhor Darcy Pereira, manifestou o interesse em haver uma reunião futura entre o sindicato e a Comissão de Finanças Legislação e Justiça, para que pudessem conversar e requerer o mesmo benefício. Dando início a Discussão do PL n° 21/2020 que trata da **“concessão de permissão de fração ideal de Imóvel Público a Associação de Moradores do bairro Nossa Senhora Aparecida”**, informando que eles deram entrada na documentação em setembro de dois mil e dezoito, sendo uma associação que existe no bairro a cerca de quinze anos, uma associação ativa, onde a Comissão de Finanças, Legislação e Justiça tem acompanhado o trabalho feito por ela. A presidente da Comissão registrou a presença do senhor Thalison Maia, solicitando que ele fizesse suas colocações deixando logo após a palavra livre aos vereadores que quisessem se manifestar. Registrando a presença na sala dos Vereadores Geraldo Sales e Ronaldo Bento. Com a palavra, o vereador Geraldo Sales lembrou que a dona Noemi teria tentando regularizar a questão do lote da caixa d'água na rua das Acácias diversas vezes. Informando que a invasão em Mariana teria virado moda e quem daria o mal exemplo seria a prefeitura. Com a palavra, o senhor Thalison Maia agradeceu pela oportunidade. Informando que o bairro fruto de um loteamento foi muito prejudicado ao longo dos anos. Esclarecendo que graças as visitas técnicas feitas pela Comissão de Obras a Associação teve uma visibilidade maior e conseguiu algumas vitórias frente ao executivo. Agradecendo ao legislativo pelo trabalho sempre em conjunto com a Associação do bairro Vila Aparecida. O vereador Marcelo Monteiro Macedo questionou o Senhor Nilson Souza sobre a localização do lote no bairro vila Aparecida e qual a situação do lote. Onde o senhor Nilson Souza informou que o lote estaria localizado em frente a quadra da Vila Nossa Senhora Aparecida, possuindo duzentos e cinquenta metros quadrados. Onde o vereador Marcelo Macedo retornou questionando o que seria construído no local e se haveria alguma área de servidão. Sendo afirmado pelo Senhor Nilton Souza que a área seria anexa à quadra. Não havendo nenhuma servidão. O subprocurador do Município, Emanuel Camacho questionou, pois, no projeto a área que permitiria o uso seria cento e cinquenta e oito metros quadrados. Solicitando que o Senhor Nilton Souza retirasse essa dúvida. Onde a presidente da Comissão interveio dizendo que no projeto falaria sobre o uso da fração do terreno, não sendo a sua totalidade. O vereador Marcelo Macedo questionou se a prefeitura iria deixar a Associação construir numa área de cento e cinquenta e oito virgula noventa e oito metros quadrados, e haveria a autorização da prefeitura. Contribuindo com a discussão o vereador Marcelo Macedo solicitou ouvir o presidente da Associação se a área de cento e cinquenta e oito metros daria para a construção e se haveria algum projeto para essa construção. Lembrando que a área seria de duzentos e cinquenta metros quadrados. Onde o senhor Thalison Maia informou que a área de cento e cinquenta metros seria suficiente para a construção da sede do bairro. Onde o local sediará vários

Thalison Maia *Roberto Alves*



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

curiosos para a população Marianense. Informando da necessidade do bairro ter uma sede própria para uso do bairro para confraternizações, pois o bairro não teria nenhum espaço público além da quadra. Não havendo praça, nem igreja. O vereador Geraldo Sales informou que sua dúvida seria a mesma do vereador Marcelo Macedo sugerindo se construíssem o vestiário da quadra por baixo e a sede do bairro por cima. Onde o senhor Thalison Maia informou da existência de outra área que poderia ser utilizada para a construção do vestiário, esclarecendo, mais uma vez, que a construção da sede utilizaria uma fração do lote disponível. A presidente da Comissão de Finanças Legislação e Justiça informou do encerramento sobre a discussão do PL nº 21/2020, informando que diante da manifestação dos vereadores Marcelo Macedo e Geraldo Sales o projeto ficaria sobrestado na comissão. Pedindo que o senhor Emanuel Camacho e o senhor Nilson Souza pudessem manifestar sobre a área mínima a ser construída em relação a essa fração de terreno que seria doada a Associação Nossa Senhora Aparecida e que assim que chegasse à relação ao questionamentos pautados pelos vereadores o processo voltasse a ser pautado na Comissão de Finanças, Legislação e Justiça. O vereador Marcelo Macedo informou que a preocupação da comissão seria que a Associação conseguisse legalizar o lote futuramente, e que todos os vereadores seriam a favor do Projeto de Lei. O senhor Emanuel Camacho informou que o executivo estaria autorizando a associação utilizar de cento e cinquenta e oito metros quadrados de um terreno que seria maior. Considerando a licença e a permissão urbanística o seu entendimento seria de que quando for analisado o processo a referência seria o terreno maior, onde o coeficiente de aprovação seria o valor de duzentos e cinquenta metros quadrados. Onde a presidente da comissão, Daniely Alves informou que elaborariam um ofício que constaria todas as informações informadas na reunião. Informando que posteriormente o projeto voltaria para tramitação e discussão na comissão. O vereador Geraldo Sales, questionou se deixariam a Associação construir numa área de cento e cinquenta e oito metros quadrados ou se passaria a escritura de posse para a Associação. E se fosse passar a escritura hoje se poderia passar a escritura de posse com essa metragem inferior. A presidente da comissão informou que todos os questionamentos seriam encaminhados para a procuradoria para que a mesma pudesse se manifestar oficialmente. Encerrando a discussão do Projeto de Lei nº 21/2020. Informando que a Comissão seria favorável ao Projeto de Lei. Perguntando ao Vereadores Marcelo Macedo, Deyvson Ribeiro e os demais presentes, pois estaria na Comissão dois projetos que foram encaminhados pelo executivo, sendo eles o PL nº 29 /2020 e 30 /2020, que tratam de denominação de espaços públicos em que as obras já foram inauguradas. Informando que o PL nº 29/2020 trataria da pista de skate e o PL nº 30/2020 que trataria do Centro de Atenção Psicojuvenil. Perguntando aos vereadores presentes se poderiam pautar os dois projetos na Reunião Ordinária na presente data. Onde o vereador Marcelo Macedo informou de alguns questionamentos na Casa referentes a tais projetos, pois

Handwritten signatures:
Mariana
Daniely Alves



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

já eram obras que haveriam sido inauguradas a tempos. Havendo a necessidade de conversarem com os outros vereadores na Reunião Ordinária e se fosse necessário a Comissão daria seu parecer durante o intervalo favorável ao projeto. A presidente da Comissão, Daniely Alves solicitou ao departamento de Comunicação da Casa que pudesse fazer o contato com todos os vereadores da Câmara para que pudessem estar entrando na Reunião Ordinária as quinze horas e trinta minutos e logo em seguida pudessem ser discutidos esses dois Projetos de Lei.

ENCERRAMENTO: Não havendo mais nada a tratar, o Presidente encerrou a Reunião às onze horas e quarenta e seis minutos.